

EXERCÍCIO 2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

BALANÇO

ORÇAMENTÁRIO

FUNDO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE
PARANATAMA
TRABALHANDO PELO BEM-ESTAR DA NOSSA GENTE

José Valmir Pimentel de Gois

PREFEITO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://etce.ice.pc.gov.br/epp/validaDoc.shtm> Código do documento: 62796fca-692d-4817-b6cb-8e10305c2d09



Unidade Gestora ED

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Prevista Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo = (c) - (a) + (b)
Receitas Correntes (I)	780.000,00	780.000,00	18.626.195,13	17.846.195,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	774.000,00	774.000,00	66.665,78	-707.334,22
Impostos	774.000,00	774.000,00	66.665,78	-707.334,22
Taxas				
Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições Econômicas				
Receita Patrimonial	5.000,00	5.000,00	88.627,57	83.627,57
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários	5.000,00	5.000,00	88.627,57	83.627,57
Delegação de Serviços Públicos (Concessão, Permissão ou Exploração de Recursos Naturais)				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes			18.465.832,41	18.465.832,41
Transferências da União e de suas Entidades			1.413.049,54	1.413.049,54
Transferências dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades				
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	5.069,37	4.069,37
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.000,00	5.069,37	4.069,37
Demais Receitas Correntes				
Receitas de Capital (II)	10.000,00	10.000,00		-10.000,00
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens	6.000,00	6.000,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	6.000,00	6.000,00		0,00
Alienação de Bens Imóveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	4.000,00	4.000,00		-4.000,00
Transferências da União e de suas Entidades				
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	4.000,00	4.000,00		-4.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas de Capital				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	790.000,00	790.000,00	18.626.195,13	17.836.195,13
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	790.000,00	790.000,00	18.626.195,13	17.836.195,13
Déficit (VII)	19.333.000,00	21.253.613,00	3.416.465,26	-17.837.147,74
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	20.123.000,00	22.043.613,00	22.042.660,39	-952,61
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Créditos Adicionais)				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Unidade Gestora ED

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo em Dotação (j) = (g) - (h)
Despesas Correntes (IX)	19.797.000,00	22.013.413,00	22.012.613,67	22.012.613,67	21.975.452,16	39,33
Pessoal e Encargos Sociais	15.005.000,00	18.210.121,00	18.209.875,16	18.209.875,16	18.209.875,16	45,84
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	4.792.000,00	3.803.292,00	3.802.738,51	3.802.738,51	3.765.577,00	53,49
Despesas de Capital (X)	326.000,00	30.200,00	30.046,72	30.046,72	30.046,72	53,28
Investimentos	326.000,00	30.200,00	30.046,72	30.046,72	30.046,72	53,28
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (XI)						
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	20.123.000,00	22.043.613,00	22.042.660,39	22.042.660,39	22.005.498,88	52,61
Amortização Dívida Refinanciamento (XIII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)=	20.123.000,00	22.043.613,00	22.042.660,39	22.042.660,39	22.005.498,88	52,61
Superávit (XV)						
TOTAL (XVI) = (XIV + XV)	20.123.000,00	22.043.613,00	22.042.660,39	22.042.660,39	22.005.498,88	52,61
Despesas - Intra-Orçamentárias	2.726.000,00	3.309.570,00	3.309.529,71	3.309.529,71	3.309.529,71	40,29
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias	2.726.000,00	3.309.570,00	3.309.529,71	3.309.529,71	3.309.529,71	40,29
Pessoal e Encargos Sociais	2.726.000,00	3.309.570,00	3.309.529,71	3.309.529,71	3.309.529,71	40,29
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital - Intra-Orçamentárias						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesso ao Assinador Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesso ao Documento: https://tce.tec.pe.gov.br/epv/validarDoc.seam?Codigo_documento:6279bfc4-692d-4817-bbcb-8e10305c2409

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA
PERNAMBUCO**
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO - RAP NÃO PROCESSADOS
Período de 01/01/2022 até 31/12/2022



Unidade Gestora ED

Restos A Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a)-(b)-(c)-(d)-(e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 Dezembro Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES		2.930,00				30,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.930,00				30,00
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
TOTAL		2.930,00				2.930,00

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesso em: 01/01/2022 09:00:00
 URL: https://www.paratama.pe.gov.br/ep/validarDoc.seam Código do documento: 6279bfc4-692d-4817-bbcb-8e10305c2409

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA
PERNAMBUCO**
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO - RAP PROCESSADOS
Período de 01/01/2022 até 31/12/2022



Unidade Gestora ED

Restos A Pagar Processados e Não Processados Liquidados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 Dezembro Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	3.752,84	68.811,51	70.914,35		0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.752,84	68.811,51	70.914,35		0,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
TOTAL	3.752,84	68.811,51	70.914,35		1.650,00

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesse em: <https://pds.pec.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 6279bfc4-692d-4817-bbcb-8e10305c2409

Apresentação



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 6279b6ca-692d-4817-bbcb-8e10305c2d09

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 189/2022, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de

Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



Analisando os resultados de 2022, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 18.626.195,13, valor superavitário ao comparar com o total de receitas previstas para o exercício (R\$ 780.000,00). Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve o empenhamento na ordem de R\$ 22.042.660,39, liquidação de R\$ 22.042.660,39 e pagamentos na ordem de R\$ 22.005.498,88. Desta forma, o resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos o valor empenhado) ao final do exercício de 2022 foi de R\$ 952,61.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes Balanço Orçamentário.

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

Secretário de Educação

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/validador/validarDoc.seam> Código do documento: 6279bfc4-692d-4817-bbcb-8e10305c2409



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº189/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 190/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. b.2.Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção



ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (IX)	19.797.000,00	22.013.413,00	22.012.613,67	22.012.613,67	21.975.452,16	799,33
Pessoal e Encargos Sociais	15.005.000,00	18.210.121,00	18.209.875,16	18.209.875,16	18.209.875,16	245,84
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	4.792.000,00	3.803.292,00	3.802.738,51	3.802.738,51	3.765.577,00	553,49
Despesas de Capital (X)	326.000,00	30.200,00	30.046,72	30.046,72	30.046,72	153,28
Investimentos	326.000,00	30.200,00	30.046,72	30.046,72	30.046,72	153,28
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (XI)						
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	20.123.000,00	22.043.613,00	22.042.660,39	22.042.660,39	22.005.498,88	952,61

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: As despesas correntes fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 19.797.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 22.013.413,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 22.012.613,67. As liquidações totalizaram R\$ 22.012.613,67, sendo pagos o montante de R\$ 21.975.452,16, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 799,33.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 326.000,00, atualizada pelos créditos tem-se o valor de R\$ 30.200,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 30.046,72. As liquidações totalizaram R\$ 30.046,72, sendo pagos o montante de R\$ 30.046,72, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 153,28.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 20.123.000,00, atualizando os créditos tem-se o valor de R\$ 22.043.613,00. O valor total empenhado foi de R\$ 22.042.660,39, o liquidado R\$ 22.042.660,39 e o pago R\$ 22.005.498,88. A economia orçamentária foi de R\$ 952,61.

Nota 7) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar inscritos em 31 dezembro Exercício totalizou R\$ 2.930,00. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 0,00, e pagos R\$ 0,00. Foram cancelados o valor de R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 2.930,00.

Restos A Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 Dezembro Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES		2.930,00				2.930,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.930,00				2.930,00
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
TOTAL		2.930,00				2.930,00



• **Quadro Resumido de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

Restos a pagar não processados	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
Desp. Correntes	R\$ 0,00	R\$ 2.930,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 2.930,00
Des. capital		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
total	R\$ 0,00	R\$ 2.930,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 2.930,00

Nota 8) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS: Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam **R\$ 3.752,84** e inscritos em 31/12/2022 **R\$ 68.811,51**. Desde montante foram pagos **R\$ 70.914,35** e cancelados **R\$0,00**, restando de saldo a pagar **R\$ 1.650,00**.

Restos A Pagar Processados e Não Processados Liquidados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 Dezembro Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	3.752,84	68.811,51	70.914,35		1.650,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.752,84	68.811,51	70.914,35		1.650,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
TOTAL	3.752,84	68.811,51	70.914,35		1.650,00

• **Quadro Resumido de RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:**

Restos a pagar processados	INSCRITOS		PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
Desp. Correntes	R\$ 3.752,84	R\$ 68.811,51	R\$ 70.914,35		R\$ 1.650,00
Des. capital					
total	R\$ 3.752,84	R\$ 68.811,51	R\$ 70.914,35		R\$ 1.650,00



D. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos

contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00	R\$ 0,00

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
0,00	0,00

F. AJUSTES DECORRENTES DE RETENÇÕES:

f.1.Ajustes decorrentes de retenções:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupoextraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCEPE Nº 190/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:



g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo, demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



g.2.Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

Nota 9) RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A previsão de arrecadação de receitas intra-orçamentárias da entidade para o exercício de 2022 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 0,00.

Nota 10) DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS(CORRENTES): As despesas correntes fixadas para o exercício de 2022 foram de **R\$ 2.726.000,00**, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de **R\$ 3.309.570,00**, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de **R\$ 3.309.529,71**. As liquidações totalizaram **R\$ 3.309.529,71**, sendo pagos o montante de **R\$ 3.309.529,71**, restando de economia orçamentária corrente no valor de **R\$ 40,29**

Despesas - Intra-Orçamentárias	2.726.000,00	3.309.570,00	3.309.529,71	3.309.529,71	3.309.529,71	40,29
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias	2.726.000,00	3.309.570,00	3.309.529,71	3.309.529,71	3.309.529,71	40,29
Pessoal e Encargos Sociais	2.726.000,00	3.309.570,00	3.309.529,71	3.309.529,71	3.309.529,71	40,29
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital - Intra-Orçamentárias						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						

Nota 11) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 0,00, atualizada pelos créditos tem-se o valor de R\$ 0,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 0,00. As liquidações totalizaram R\$ 0,00, sendo pagos o montante de R\$ 0,00, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 0,00.

Nota 12) TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A despesa total autorizada foi de **R\$ 2.726.000,00**, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de **R\$ 3.309.570,00**, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de **R\$ 3.309.529,71**. As liquidações totalizaram **R\$ 3.309.529,71**, sendo pagos o montante de **R\$ 3.309.529,71**, restando de economia orçamentária corrente no valor de **R\$ 42,77**



I) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCAPS, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			



SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimnto e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimnto e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

PARANATAMA - PE , 31 de dezembro de 2022.

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Contador

EXERCÍCIO 2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

BALANÇO

ORÇAMENTÁRIO

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA DE
PARANATAMA
TRABALHANDO PELO BEM-ESTAR DA NOSSA GENTE

José Valmir Pimentel de Gois

PREFEITO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.shtm> Código do documento: 62796fca-692d-4817-b6cb-8e10305c2d09



Unidade Gestora AS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Prevista Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo = (c) - (a) + (b)
Receitas Correntes (I)	780.100,00	780.100,00	1.277.254,77	497.154,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	774.000,00	774.000,00	914,03	-773.085,97
Impostos	774.000,00	774.000,00	914,03	-773.085,97
Taxas				
Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições Econômicas				
Receita Patrimonial	4.100,00	4.100,00	26.831,98	22.731,98
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários	4.100,00	4.100,00	26.831,98	22.731,98
Delegação de Serviços Públicos (Concessão, Permissão ou Exploração de Recursos Naturais)				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes			1.249.508,76	1.249.508,76
Transferências da União e de suas Entidades			1.249.508,76	1.249.508,76
Transferências dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades				
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00		0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.000,00	2.000,00		0,00
Demais Receitas Correntes				
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Transferências da União e de suas Entidades				
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades				
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas de Capital				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	780.100,00	780.100,00	1.277.254,77	497.154,77
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	780.100,00	780.100,00	1.277.254,77	497.154,77
Déficit (VII)	1.603.900,00	2.020.423,00	1.523.032,96	-497.390,04
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	2.384.000,00	2.800.523,00	2.800.287,73	-235,27
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Créditos Adicionais)				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VILMIR PIMENTEL DE ASSIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesso em: 01/01/2022 às 10:00:00
 Endereço: Rua da Liberdade, 6279 - Centro - Paranatama - PE - CEP: 55.355-000
 Telefone: (87) 3787-1144

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Unidade Gestora AS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo em Dotação (j) = (g) - (h)
Despesas Correntes (IX)	2.325.000,00	2.567.371,00	2.567.136,31	2.554.375,70	2.553.130,73	34,69
Pessoal e Encargos Sociais	1.225.000,00	1.044.583,00	1.044.579,12	1.044.579,12	1.043.334,15	3,88
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	1.100.000,00	1.522.788,00	1.522.557,19	1.509.796,58	1.509.796,58	30,81
Despesas de Capital (X)	59.000,00	233.152,00	233.151,42	233.151,42	233.151,42	0,58
Investimentos	59.000,00	233.152,00	233.151,42	233.151,42	233.151,42	0,58
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (XI)						
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	2.384.000,00	2.800.523,00	2.800.287,73	2.787.527,12	2.786.282,15	35,27
Amortização Dívida Refinanciamento (XIII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV) =	2.384.000,00	2.800.523,00	2.800.287,73	2.787.527,12	2.786.282,15	35,27
Superávit (XV)						
TOTAL (XVI) = (XIV + XV)	2.384.000,00	2.800.523,00	2.800.287,73	2.787.527,12	2.786.282,15	35,27
Despesas - Intra-Orçamentárias	27.000,00	14.823,00	14.822,26	14.822,26	13.577,29	0,74
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias	27.000,00	14.823,00	14.822,26	14.822,26	13.577,29	0,74
Pessoal e Encargos Sociais	27.000,00	14.823,00	14.822,26	14.822,26	13.577,29	0,74
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital - Intra-Orçamentárias						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesso em: 01/01/2022 17:00:00
 Documento assinado digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Código do documento: 6279bfc4-692d-4817-bbcb-8e10305c2409

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Unidade Gestora AS

Restos A Pagar Processados e Não Processados Liquidados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 Dezembro Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES		118.458,09	36.494,09		81.964,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		81.444,00			81.444,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		37.014,09	36.494,09		20,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
TOTAL		118.458,09	36.494,09		81.964,00

Documento Assinado em 30/12/2022 por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesse em: <https://pds.cce.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 6279bfc4-692d-4817-bbcb-8e10305c2409

Apresentação



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 6279b6ca-692d-4817-bbcb-8e10305c2d09

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 189/2022, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de

Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



Analisando os resultados de 2022, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 1.277.254,77**, valor superavitário ao comparar com o total de receitas previstas para o exercício (**R\$ 780.100,00**). Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de **R\$ 2.800.287,73**, liquidação de **R\$ 2.787.527,12** e pagamentos na ordem de **R\$ 2.786.282,15**. Desta forma, o resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos valor empenhado) ao final do exercício de 2022 foi de **R\$ 235,27**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes Balanço Orçamentário.

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

Secretária de Assistência Social

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://tce-pe.gov.br/validador/validarDoc.seam> Código do documento: 6279bfc4-692d-4817-bbcb-8e10305c2409



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº189/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 189/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. b.2.Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção



ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR FERRENTIN DE SOUSA LUIZ PAULO DE OLIVEIRA CAVALCANTE
 Acesso em: https://elecao2022.tcepi.com.br/validador/validador.asp?codigo_documento=6279b1ca-692d-4818-bbcb-80005058d09

C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS

Sc.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1) RECEITA CORRENTE: A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2022 de R\$ 780.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 1.277.254,77, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 497.154,77 este **foi em decorrência do Excesso de arrecadação consolidada do município decorrentes com relevância em Impostos, transferências constitucionais superavitárias durante o exercício de 2022, justificando a suplementação orçamentário sustentando o aporte financeiro para abertura de créditos extraorçamentários.**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Prevista Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
Receitas Correntes (I)	780.100,00	780.100,00	1.277.254,77	497.154,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	774.000,00	774.000,00	914,03	-773.085,97
Impostos	774.000,00	774.000,00	914,03	-773.085,97
Taxas				
Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições Econômicas				
Receita Patrimonial	4.100,00	4.100,00	26.831,98	22.731,98
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários	4.100,00	4.100,00	26.831,98	22.731,98
Delegação de Serviços Públicos (Concessão, Permissão ou Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes			1.249.508,76	1.249.508,76
Transferências da União e de suas Entidades			1.249.508,76	1.249.508,76
Transferências dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades				
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00		-2.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.000,00	2.000,00		-2.000,00

Nota 2) RECEITA DE CAPITAL: A previsão de arrecadação de receitas de capital foi de R\$ 0,00. Foi arrecadado R\$ 0,00 que representa um deficit de arrecadação de capital de R\$ 0,00 este

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício de 2022 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 2780.100,00, sendo arrecadado o valor de R\$ 1.277.254,77, o que gerou superavit de arrecadação de R\$ 497.154,77. **Em virtude dos Excessos de arrecadação municipal oriundos de transferências constitucionais superavitárias durante o exercício de 2022 e mais arrecadação de repasses ao município de Convênios Estaduais e Federais nas referências aos exercícios de 2021/2022, demonstrando a clara necessidade de suporte financeiro para abertura de créditos extraorçamentários acobertada pela Lei Orçamentária 243/2021 para o Exercício .**



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (IX)	2.325.000,00	2.567.371,00	2.567.136,31	2.554.375,70	2.553.130,73	234,69
Pessoal e Encargos Sociais	1.225.000,00	1.044.583,00	1.044.579,12	1.044.579,12	1.043.334,15	3,88
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	1.100.000,00	1.522.788,00	1.522.557,19	1.509.796,58	1.509.796,58	230,81
Despesas de Capital (X)	59.000,00	233.152,00	233.151,42	233.151,42	233.151,42	0,58
Investimentos	59.000,00	233.152,00	233.151,42	233.151,42	233.151,42	0,58
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (XI)						
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	2.384.000,00	2.800.523,00	2.800.287,73	2.787.527,12	2.786.282,15	235,27

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: As despesas correntes fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 2.325.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 2.567.371,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 2.567.136,31. As liquidações totalizaram R\$ 2.554.375,70, sendo pagos o montante de R\$ 2.553.130,73, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 234,69.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 59.000,00, atualizada pelos créditos tem-se o valor de R\$ 233.152,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 233.151,42. As liquidações totalizaram R\$ 233.151,42, sendo pagos o montante de R\$ 233.151,42, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 0,58.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 2.384.000,00, atualizando os créditos tem-se o valor de R\$ 2.800.523,00. O valor total empenhado foi de R\$ 2.800.287,73, o liquidado R\$ 2.787.527,12 e o pago R\$ 2.786.282,15. A economia orçamentária foi de R\$ 235,27.

Nota 7) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar inscritos em 31 dezembro Exercício totalizou R\$ 2.520,00. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 2.520,00, e pagos R\$ 2.520,00. Foram cancelados o valor de R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 0,00.

Restos A Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 Dezembro Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES		2.520,00	2.520,00	2.520,00		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.520,00	2.520,00	2.520,00		
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
TOTAL		2.520,00	2.520,00	2.520,00		

• **Quadro Resumido de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

Restos a pagar não processados	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
Desp. Correntes	R\$ 0,00	R\$ 2.520,00	R\$ 2.520,00	R\$ 2.520,00		R\$ 0,00
Des. capital		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
total	R\$ 0,00	R\$ 2.520,00	R\$ 2.520,00	R\$ 2.520,00		R\$ 0,00



Nota 8) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS: Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam **R\$ 0,00** e inscritos em 31/12/2022 **R\$ 118.458,09**. Desde montante foram pagos **R\$ 36.494,09** e cancelados **R\$0,00**, restando de saldo a pagar **R\$ 81.964,00**.

Restos A Pagar Processados e Não Processados Liquidados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 Dezembro Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES		118.458,09	36.494,09		81.964,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		81.444,00			81.444,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		37.014,09	36.494,09		520,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
TOTAL		118.458,09	36.494,09		81.964,00

• **Quadro Resumido de RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:**

Restos a pagar processados	INSCRITOS		PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
Desp. Correntes		R\$ 118.458,09	R\$ 36.494,09		R\$ 81.964,00
Des. capital					
total		R\$ 118.458,09	R\$ 36.494,09		R\$ 81.964,00



D. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos

contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00	R\$ 0,00

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
0,00	0,00

F. AJUSTES DECORRENTES DE RETENÇÕES:

f.1.Ajustes decorrentes de retenções:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupoextraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCEPE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:



g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo, demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



g.2.Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

Nota 9) RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A previsão de arrecadação de receitas intra-orçamentárias da entidade para o exercício de 2022 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 0,00.

Nota 10) DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS(CORRENTES): As despesas correntes fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 27.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 14.823,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 14.822,26. As liquidações totalizaram R\$ 14.822,26, sendo pagos o montante de R\$ 13.577,29, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 40.29

Despesas - Intra-Orçamentárias	27.000,00	14.823,00	14.822,26	14.822,26	13.577,29	0,74
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias	27.000,00	14.823,00	14.822,26	14.822,26	13.577,29	0,74
Pessoal e Encargos Sociais	27.000,00	14.823,00	14.822,26	14.822,26	13.577,29	0,74
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital - Intra-Orçamentárias						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						

Nota 11) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 0,00, atualizada pelos créditos tem-se o valor de R\$ 0,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 0,00. As liquidações totalizaram R\$ 0,00, sendo pagos o montante de R\$ 0,00, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 0,00.

Nota 12) TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 27.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 14.823,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 14.822,26. As liquidações totalizaram R\$ 14.822,26, sendo pagos o montante de R\$ 13.577,29, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 0,74.



I) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCAPS, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			



SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimnto e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimnto e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

PARANATAMA - PE , 31 de dezembro de 2022.

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Contador

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2022)

Exercício de 2022

Pág.: 1 de 4

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATAMA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	8.011.500,00	8.011.500,00	6.997.837,58	-1.013.662,42
RECEITA PATRIMONIAL	30.000,00	30.000,00	128.189,15	98.189,15
Valores Mobiliários	30.000,00	30.000,00	128.189,15	98.189,15
RECEITA DE SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	5.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.975.500,00	7.975.500,00	6.868.606,11	-1.106.893,89
Transferências da União e de suas Entidades	7.975.500,00	7.975.500,00	6.587.677,69	-1.387.822,31
Transferências do Estado e de suas Entidades	0,00	0,00	280.928,42	280.928,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	1.042,32	42,32
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	1.000,00	1.000,00	1.042,32	42,32
RECEITAS DE CAPITAL (II)	406.000,00	406.000,00	185.977,00	-220.023,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	406.000,00	406.000,00	185.977,00	-220.023,00
Transferências da União e suas Entidades	406.000,00	406.000,00	185.977,00	-220.023,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	8.417.500,00	8.417.500,00	7.183.814,58	-1.233.685,42
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	8.417.500,00	8.417.500,00	7.183.814,58	-1.233.685,42
DÉFICIT (VI)			7.657.174,57	
TOTAL (VII) = (V+VI)	8.417.500,00	8.417.500,00	14.840.989,15	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro			0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais			0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por VALDI PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesse em: https://www.paranatama.ma.gov.br/portal/assinatura/assinatura.html?codigo_documento:62796fca-692d-4817-bbcb-8e10305c2409

VALDI PIMENTEL
DE
GOIS:78679753491

Assinado de forma digital
por VALDI PIMENTEL DE
GOIS:78679753491
Dados: 2023.03.14 08:12:30
-03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:049070674
61

Assinado de forma digital por
KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:04907067461
Dados: 2023.03.13 20:34:41 -03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS
SEC. DE SAÚDE
786.797.534-91

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
CONTADORA
CRC-PE 029272/O-9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2022)

Exercício de 2022

Página

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.151.000,00	14.218.899,64	14.218.302,56	14.218.302,56	13.056.604,13	997,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.576.000,00	7.382.651,41	7.382.651,41	7.382.651,41	6.220.952,98	1.001,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.575.000,00	6.836.248,23	6.835.651,15	6.835.651,15	6.835.651,15	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	638.000,00	622.686,59	622.686,59	622.686,59	622.686,59	0,00
INVESTIMENTOS	638.000,00	622.686,59	622.686,59	622.686,59	622.686,59	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	13.789.000,00	14.841.586,23	14.840.989,15	14.840.989,15	13.679.290,72	1.161,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	13.789.000,00	14.841.586,23	14.840.989,15	14.840.989,15	13.679.290,72	1.161,08
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	13.789.000,00	14.841.586,23	14.840.989,15	14.840.989,15	13.679.290,72	1.161,08
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	67.597,52	58.143,93	52.758,73	0,00	14.838,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	67.597,52	58.143,93	52.758,73	0,00	14.838,79
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	67.597,52	58.143,93	52.758,73	0,00	14.838,79

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	1.438.973,01	338.534,04	323.808,90	0,00	1.453.698,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.438.973,01	338.534,04	323.808,90	0,00	1.453.698,15
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.438.973,01	338.534,04	323.808,90	0,00	1.453.698,15

VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491
Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491
Dados: 2023.03.14 08:12:55 -03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461
Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461
Dados: 2023.03.13 20:35:16 -03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS
SEC. DE SAÚDE
786.797.534-91

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
CONTADORA
CRC-PE 029272/O-9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2022)

Exercicio de 2022



ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g-h-i)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	222.000,00	671.512,53	671.512,53	671.512,53	567.410,67	0,00
DESPESAS CORRENTES	222.000,00	671.512,53	671.512,53	671.512,53	567.410,67	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	222.000,00	671.512,53	671.512,53	671.512,53	567.410,67	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por VALDIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLANTE
 Acesso em: 2023.03.13 20:35:36
 https://scc.tee.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam Código do documento: 62796fca-692d-4817-bbcb-8e10305c2d09

VALDIR PIMENTEL DE GOIS
 Assinado de forma digital por VALDIR PIMENTEL DE GOIS:78679753491
 Dados: 2023.03.14 08:13:17 -03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
 Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461
 Dados: 2023.03.13 20:35:36 -03'00'

VALDIR PIMENTEL DE GOIS
 SEC. DE SAÚDE
 786.797.534-91

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
 CONTADORA
 CRC-PE 029272/O-9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2022)

Exercicio de 2022



Página

NOTA EXPLICATIVA

INSERIR TEXTO

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLCANTE
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 62796fca-692d-4817-bbcb-8e10305c2d09

VALDI PIMENTEL
DE
GOIS:78679753491

Assinado de forma digital por
VALDI PIMENTEL DE
GOIS:78679753491
Dados: 2023.03.14 08:13:39
-03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS
SEC. DE SAÚDE
786.797.534-91

KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:049070674
61

Assinado de forma digital por
KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:04907067461
Dados: 2023.03.13 20:35:54 -03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
CONTADORA
CRC-PE 029272/O-9

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paranatama



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 6279bfc9-6924-4817-bbcb-8e10305c2409

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:

Fundo Municipal de Saúde de Paranatama

CNPJ:

11.642.133/0001-88

Endereço da entidade:

Rua Roldão Guimarães, nº 90, bairro Centro, CEP: 55.355-000

Natureza jurídica da entidade:

O Fundo Municipal de Saúde de Paranatama é concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 "Fundo Público".

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

Este Fundo Municipal de Saúde possui como atividade principal a "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 243, de 17 de novembro de 2021 (LOA 2022). Sua atividade financeira origina-se do recolhimento de repasses financeiros da Prefeitura Municipal, repasses da União e Estado, além de doações em geral.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis e NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas. Por fim, este demonstrativo está em conformidade com o exigido para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e está seguindo as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC), do TCE-PE.

Nome do Gestor:

Valdi Pimentel de Góis, cargo: Secretário de Saúde. Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

Nome, CRC e e-mail do(a) contador(a) responsável:

Karla Thaisa Peixoto Agostinho, CRC nº 029272/O-9, e-mail: karla@naap.com.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Bases de Mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, 9ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 9ª edição.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa no Balanço Orçamentário.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis no que se refere ao Balanço Orçamentário.

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paranatama



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://tce.tec.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 62796fca-692d-4817-bbcb-8e10305c2109

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Orçamentária:

As receitas orçamentárias seguem o regime contábil de Caixa, sendo consideradas realizadas quando são efetivamente arrecadadas. As receitas que constam no orçamento estão de acordo com o disposto no art. 11 da Lei 4.320/64. As despesas orçamentárias seguem o regime contábil da Competência, e são consideradas realizadas, para efeito orçamentário, conforme disposto no art. 35 da Lei 4320/64, no momento em que são empenhadas. Para efeito contábil, são consideradas realizadas no momento de sua liquidação.

c) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO E SEUS ASPECTOS:

O Balanço Orçamentário, de acordo com o previsto no art. 102 da lei 4.320/64, apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas. O Balanço Orçamentário, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 9ª edição, é composto por:

- Quadro Principal;
 - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
 - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.
- Além disso, para aprimorar a informação, são evidenciados também:
- Quadro das Despesas Intraorçamentárias, caso houver; e
 - Quadro das Receitas Intraorçamentárias, caso houver.

Quadro Principal:

O quadro principal mostra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Estas serão apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza. Ainda no quadro principal, as receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o FUNDEB e repartições da receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados:

São informados nesse quadro os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução.

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados:

São informados nesse quadro os restos a pagar processados inscritos no exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

d.1) A seguir, serão demonstradas, de forma sistemática, as referências cruzadas com o título “Nota” e com seu respectivo número, baseadas nas informações do demonstrativo contábil, possibilitando uma melhor interpretação dos usuários.

Nota 1 – Total das Receitas:

Observando o comportamento da arrecadação, verificou-se um déficit no valor de R\$ 1.233.685,42, que se dá pela diferença entre a Previsão Atualizada e a Receita Realizada.

Nota 2 – Total das Despesas:

A dotação total atualizada foi R\$ 14.841.586,23, sendo que desse montante, foi empenhado: R\$ 14.840.989,15, liquidado: R\$ 14.840.989,15 e pago: R\$ 13.679.290,72.

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paranatama



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLCANTE
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 62796fca-692d-4817-bbcb-8e10305c2d09

Nota 3 – Resultado Orçamentário:

Esse município teve um déficit no total de: R\$ 7.657.174,57. Esse valor se dá pela diferença entre as receitas totais arrecadadas (R\$ 7.183.814,58) e as despesas totais empenhadas (R\$ 14.840.989,15).

Nota 4 – Restos a Pagar Não Processados:

Os RAP's inscritos em anos anteriores totalizaram: R\$ 0,00, enquanto os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizaram: R\$ 67.597,52. Foram liquidados no exercício o total de R\$ 58.143,93, e pagos: R\$ 52.758,73. Além disso, foram cancelados: R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 14.838,79.

Nota 5 – Restos a Pagar Processados:

Os RAP's inscritos em anos anteriores totalizaram: R\$ 1.438.973,01, enquanto os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizaram: R\$ 338.534,04. Desse montante, foram pagos no exercício: R\$ 323.808,90. Além disso, foram cancelados: R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 1.453.698,15.

e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOLICITADAS NOS ANEXOS XIX E XX DA RESOLUÇÃO TC Nº 189, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022:

1. Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias:

Receita Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo a realizar
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesa Intra	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Saldo
Despesas Correntes	222.000,00	671.512,53	671.512,53	671.512,53	567.410,67	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	222.000,00	671.512,53	671.512,53	671.512,53	567.410,67	0,00

2. Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito:

Tipos de Créditos	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e-f)
Inicial	13.789.000,00	8.553.982,76	8.553.385,68	8.553.385,68	7.391.687,25	597,08

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paratama



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesse em: https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: 62796fca-692d-4817-bbcb-8e10305c2409

Suplementar	-	6.287.603,47	6.287.603,47	6.287.603,47	6.287.603,47	0,00
Especial	-	-	-	-	-	-
Extraordinário	-	-	-	-	-	-
Total	13.789.000,00	14.841.586,23	14.840.989,15	14.840.989,15	13.679.290,72	597,08

3. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários:

Não houve abertura de créditos adicionais utilizando-se do Superávit Financeiro de exercício anterior. Tampouco houve reabertura de Créditos Especiais e/ou Extraordinários nos últimos 4 meses de 2021.

4. Atualizações Monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualizações monetárias no exercício em questão.

5. Procedimento adotado em relação aos Restos a Pagar não processados liquidados:

No caso de haver restos a pagar não processados liquidados, todo o seu saldo será transferido para restos a pagar processados. Não há um controle diferenciado individual para este tipo de situação.

6. Disponibilidade de Caixa do exercício anterior:

Recursos Próprios:	Recursos Vinculados:
R\$ 24.978,28	R\$ 1.316.529,80

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2021 totalizaram R\$1.341.508,08. Desses valores, os recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentarias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados seguiram às regras estabelecidas em legislação própria.

7. Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa mantidos, que não estão disponíveis para uso imediato:

Saldo em 31/12/2021:	Saldo em 31/12/2022:
R\$ 0,00.	R\$ 0,00

8. Informações relevantes sobre Transações de Investimento e Financiamento que não envolvem o uso de caixa:

Saldo em 31/12/2021:	Saldo em 31/12/2022:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

9. Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491
 Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491
 Dados: 2023.03.14 08:14:10 -03'00'

Valdi Pimentel de Góis
Gestor

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:049070674
 Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461
 Dados: 2023.03.13 20:36:19 -03'00'

Karla Thaisa Peixoto Agostinho
Contadora
CRC-PE nº 029272/O-9

Paratama, 13/03/2023